



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO DPE Nº 90010/2025

Processo Administrativo nº E:12070.0000000149/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS**, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria DPE nº 050/2025 e equipe de apoio, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Alagoas no dia 03 de fevereiro de 2025, sediada na Avenida Fernandes Lima, 3296, Gruta de Lourdes, Maceió, Alagoas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 25 de abril de 2025

Horário: 08:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço global

Modo de disputa: aberto e fechado

Preferências ME/EPP/Equiparadas: sim

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

Código UASG: 457697

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de Servidor Dedicado em Nuvem Pública para hospedagem de sistemas e serviços de tecnologia de informação desta Defensoria Pública do Estado do Alagoas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por vários itens,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. **Havendo divergências entre os valores constantes no termo de referência ou estudo técnico preliminar e os constantes na plataforma do Compras.Gov, prevalecerá o existente no Compras.Gov.**

1.5. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da contratação é conforme termo de referência.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Localização do Data Center;
- 4.1.3. Descrição detalhada das especificações;
- 4.1.4. Dados do canal e atendimento.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.1.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.1.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.1.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.1.9. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.1.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.1.11. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.1.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.1.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

de lances intermediários.

5.1.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.1.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.1.16. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.1.18. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.1.19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.1.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.1.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ordem:

5.1.22. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.1.23. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.1.24. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.1.25. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.1.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.1.26.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.1.26.2. empresas brasileiras;

5.1.26.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.1.26.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23. negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

acompanhada pelos demais licitantes.

5.25. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.27. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.28. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.7 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.2. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

6.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

7.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

7.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

8.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

forma prevista no edital, poderá:

8.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 a 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4 a 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail cpl@al.def.br, ou por petição dirigida ou protocolada na Sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, localizada na Av. Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, Maceió/Alagoas, CEP: 57.052-000.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Minuta de Termo de Contrato;

12.11.2. ANEXO II – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 18 de março de 2025.

Meliana Moreira Martin
Pregoeira



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DPE/AL Nº (...)/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DE ALAGOAS E A EMPRESA (...), PARA A AQUISIÇÃO DE (...).

CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS – DPE/AL, pessoa jurídica do direito interno, inscrita no CNPJ nº 04.649.138/0001-77, com sede na Avenida Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, CEP: 57052-403, Maceió/AL, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, Sr. Fabrício Leão Souto, brasileiro, portador do CPF nº (...).

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº 12070. (...)/2025 e do Pregão Eletrônico nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a aquisição de (...), conforme especificações e



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATMAT	Unidad e de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Valor Total
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital da Licitação/Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

contratante, do índice IGPM ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de um mês.

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de um mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do código de defesa do consumidor ([lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no sicaf, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à seguridade social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda estadual ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão de regularidade do



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

fgts – crf; e 5) certidão negativa de débitos trabalhistas – cndt;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

9.1.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, ii, d, da lei nº 14.133, de 2021](#):

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% quinze por cento a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. Os danos que dela provierem para o contratante; e

11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.1.2.2. poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da DPE/AL, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Unidade: (...);

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Natureza da Despesa: (...).

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Termo de Referência 6/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2025	457697-EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS	REGINA SAMARA DE VASCONCELOS SILVA	18/02/2025 12:54 (v 7.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		E: 12070.0000000149 /2025

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de Servidor Dedicado em Nuvem Pública para hospedagem de sistemas e serviços de tecnologia de informação desta Defensoria Pública do Estado do Alagoas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 2 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo I. Prazo de vigência: 24 meses , com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	26069	Unidade	1	R\$ 94.225,68	R\$ 94.225,68
2	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 8 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo II. Prazo de vigência: 24 meses , com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	26069	Unidade	1	R\$ 107.377,92	R\$ 107.377,92

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O Contrato firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, contados divulgação no portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, mediante Termo Aditivo.

1.3.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

1.4. O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que será executado todos os meses, sendo a interrupção prejudicial, pois esses servidores dedicados são essenciais para garantir a continuidade das atividades institucionais, assegurando a disponibilidade e o desempenho dos sistemas utilizados pelos defensores públicos, servidores e cidadãos atendidos.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, presente nesse processo.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, presente nesse processo.

4. Requisitos da contratação

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratada deve se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.2. A contratada deve apresentar capacidade operacional para atender às demandas desta Defensoria. Deverá cumprir ainda com todas as obrigações, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço.

4.1.3. É obrigatório que o serviço esteja em conformidade com as normas técnicas brasileiras e possuam certificações que comprovem sua eficácia e segurança ambiental.

4.1.4. São da contratada o fornecimento da mão-de obra, das ferramentas e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços

4.1.5. É responsabilidade da contratada providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do serviço contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com frete, embalagens, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prestação de garantia, seguros, taxas, impostos e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4.1.6. A contratada é responsável pelo reparo de qualquer defeito advindo da execução do serviço ou que não esteja conforme solicitado. Os reparos não deverão acarretar custos adicionais para o contratante.

4.1.7. A contratada deve responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que causar à Contratante e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação

4.1.8. A contratada responderá por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

4.2. A contratada deve cumprir com os critérios de sustentabilidade ambiental.

4.2.1. Deve seguir também as recomendações do Capítulo III, referente aos Bens e Serviços, destacando o artigo 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do STI/MPOG. Observando ainda o Decreto nº 7.746/2012, que define diretrizes e práticas para promover o desenvolvimento sustentável nacional, assim como a Lei nº 12.305/2010, que institui a política de resíduos sólidos, conforme aplicável.

4.2.2. A contratada deve responsabilizar-se pela correta aplicação das Normas de Segurança no Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho.

4.3. A contratação de servidores em nuvem deve assegurar alta capacidade de processamento, armazenamento seguro e escalabilidade.

4.4. A solução deve incluir políticas de redundância e contingência, garantindo disponibilidade contínua em caso de falhas, e capacidade para lidar com grandes volumes de dados e acessos simultâneos sem perda de desempenho.

4.5. A segurança da informação é um requisito essencial, devendo abranger medidas de proteção contra ameaças cibernéticas, como firewalls e sistemas de detecção de intrusões, garantindo a confidencialidade e integridade dos dados.

4.6. O monitoramento contínuo da infraestrutura é necessário para identificar e corrigir falhas proativamente. Além disso, a solução deve contar com suporte técnico especializado para garantir assistência eficiente sempre que necessário.

4.7. A solução deve promover eficiência energética e sustentabilidade, reduzindo o impacto ambiental das operações de TI e contribuindo para a modernização responsável da Defensoria Pública.

4.8. Subcontratação:

4.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8.2. A contratada deve se comprometer a cumprir o estabelecido e fornecer sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos necessários.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de empenho até a expiração do prazo de vigência contratual.

5.1.2. O prazo de execução dos serviços será imediato a partir do recebimento da Ordem de Execução/Nota de Empenho.

5.1.3. A execução do serviço deve ser em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento.

5.1.4. Todos os serviços devem estar em perfeitas condições, conforme especificações, devendo ser executados no prazo indicados pela Administração.

5.1.5. O serviço é inteiramente de responsabilidade da empresa vencedora contratada.

5.1.6. As tratativas entre a prestadora de serviço e a Defensoria devem ser realizadas no endereço Av. Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, Maceió – CEP: 57052-403, das 08h30 às 14h00, telefone (82) 3241-2167.

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, e ferramentas necessários, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3. Especificação da garantia do serviço:

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3.2. A fornecedora do serviço é responsável pela troca, substituição ou reposição de qualquer item entregue com defeito, danificado ou que não esteja conforme solicitado.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Avaliação da execução:

7.1.1. A avaliação da execução do objeto será averiguada de acordo com as entregas dos serviços.

7.1.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1.1. não produziu os resultados acordados;

7.1.1.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Recebimento do objeto:

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.2.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.2.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.2.4.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.2.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação:

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.1.1. O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.2.1. o prazo de validade;

7.3.2.2. a data da emissão;

7.3.2.3. os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.3.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.2.5. o valor a pagar; e

7.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.3.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

7.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.6. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

7.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. Prazo de pagamento:

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

7.5. Forma de pagamento:

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. O Contratado assumirá os custos decorrente da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal - CEF.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**:

8.1.1.1. Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado;

8.1.1.2. No entanto, o critério menor preço global será aplicado visando a vantajosidade da integração entre os serviços, na natureza do objeto como um sistema único e integrado;

8.1.1.3. Os serviços deverão operar de forma integrada, compartilhando dados, cargas de trabalho e configurações de contingência. Licitar os itens separados poderia resultar em fornecedores distintos, dificultando ou impossibilitando a integração e a compatibilidade tecnológica. A contratação de um único fornecedor também elimina os riscos associados à responsabilidade técnica dividida - impedindo que cada fornecedor possa atribuir ao outro a responsabilidade por eventuais falhas no desempenho ou integração.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Habilitação jurídica:

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.2.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira:

8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.2.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.3.3.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.3.3.3. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2.3.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.2.4. Qualificação Técnica:

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.2.4.1.1.1. Características: **fornecimento de servidor dedicado em nuvem.**

8.2.4.1.1.2. Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

8.2.4.1.1.3. Prazos: no mínimo 30% (cinquenta por cento), do prazo de execução de serviço continuado/no máximo, 50% (cinquenta por cento) superior ao prazo de execução de serviço não continuado.

8.2.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 201.603,60

9.1. O preço estimado total da contratação total é de **R\$ 201.603,60** (duzentos e um mil seiscentos e três reais e sessenta centavos).

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.1.1. Gestão/Unidade: 11011 - Defensoria Pública Geral do Estado de Alagoas;

10.1.2. Fonte de Recurso: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

10.1.3. Programa de Trabalho: 03.122.0004.2001- Manutenção das Atividades do Órgão;

10.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

10.1.5. Subitem:10 - Computação em nuvem - plataforma como serviço (PAAS).

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGINA SAMARA DE VASCONCELOS SILVA

Agente de apoio



Assinou eletronicamente em 18/02/2025 às 12:54:26.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo_I.pdf (50.83 KB)
- Anexo II - Anexo_II.pdf (49.75 KB)

ANEXO I
Item 01 - Especificações técnicas

Descrição do objeto:

Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 2 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações abaixo detalhadas. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

1. Data Center fisicamente localizado em território brasileiro;
2. 2 (dois) processadores físicos padrão x86. Cada processador deve possuir, no mínimo, 14 (quatorze) núcleos físicos, 28 (vinte e oito) threads, frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz (frequência turbo), 35 (trinta e cinco megabytes) MB de cache L3, velocidade de barramento mínima de 9.6 GT/s;
3. Mínimo de 256 GB de memória RAM do tipo RDIMM, DDR4 ou superior;
4. 2 (dois) discos SDD de 240 GB RAID-1;
5. 2 (dois) discos NVMe de 2 TB;
6. Compatibilidade com os sistemas operacionais Microsoft Windows Server, Red Hat Enterprise Linux, Ubuntu, SUSE Linux Enterprise Server, VMware e FreeBSD;
7. Uplink de no mínimo 1 Gbps em rede pública, com tráfego ilimitado;
8. Disponibilidade mínima de um bloco de endereços IPv4/28;
9. Deve apresentar alta disponibilidade, SLA anual de 99,5%;
10. Possuir os seguintes recursos mínimos:
 - 10.1. Acompanhar solução capaz de realizar a gestão de capacidade de servidores virtuais e suportar os ambientes Proxmox, Hyper-V, KVM, VMware Vcenter, Citrix e Xen, fornecendo uma interface de gerenciamento web que apresente, visualmente, a utilização de recursos, com filtragem, gráficos, pesquisa e funcionalidade de busca detalhada, fornecimento de relatório sobre status operacional, utilização, distribuição, inventário e configuração;

- 10.2. Suportar a criação e configuração de máquinas virtuais (VM) dentro dos limites de utilização do hardware e melhores práticas, com possibilidade de alterar as configurações (CPU, memória, disco e rede) de máquinas virtuais existentes por interface gráfica e monitoramento da utilização individual de cada máquina virtual criada;
11. A CONTRATADA disponibilizará um canal de atendimento seja por meio de discagem gratuita (0800) ou qualquer outro meio, como e-mail, sem ônus para a defensoria, com tempo de resposta máximo para um chamado técnico aberto com prioridade máxima de 2 (duas) horas. Para os demais níveis de prioridade, a tabela abaixo relaciona o tempo para solução dos chamados:

Tipo de chamado	Tempo para Solução (TS) do Chamado (em horas)
Solicitações e chamados que não envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	48
Solicitações e chamados que envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	6

12. A CONTRATADA deverá garantir que a latência entre o datacenter e a rede da CONTRATANTE não ultrapasse 10ms (milissegundos) para acesso por links de internet convencional no município da sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (Maceió);
13. A CONTRATADA deverá prover recursos de segurança de acesso e de informações, com o serviço Anti-DDOS e solução de segurança no perímetro ou diretamente no servidor virtual em si, protegendo todos os recursos, em conjunto ou individualmente, a critério da CONTRATANTE, do restante da rede e da internet.

ANEXO II
Item 02 - Especificações técnicas

Descrição do objeto:

Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 8 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações abaixo detalhadas. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

14. Data Center fisicamente localizado em território brasileiro;
15. 2 (dois) processadores físicos padrão x86. Cada processador deve possuir, no mínimo, 14 (quatorze) núcleos físicos, 28 (vinte e oito) threads, frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz (frequência turbo), 35 (trinta e cinco megabytes) MB de cache L3, velocidade de barramento mínima de 9.6 GT/s;
16. Mínimo de 256 GB de memória RAM do tipo RDIMM, DDR4 ou superior;
17. 2 (dois) discos SSD de 240 GB RAID-1;
18. 2 (dois) discos NVMe de 8 TB;
19. Compatibilidade com os sistemas operacionais Microsoft Windows Server, Red Hat Enterprise Linux, Ubuntu, SUSE Linux Enterprise Server, VMware e FreeBSD;
20. Uplink de no mínimo 1 Gbps em rede pública, com tráfego ilimitado;
21. Disponibilidade mínima de um bloco de endereços IPv4/28;
22. Deve apresentar alta disponibilidade, SLA anual de 99,5%;
23. Possuir os seguintes recursos mínimos:
 - 23.1. Acompanhar solução capaz de realizar a gestão de capacidade de servidores virtuais e suportar os ambientes Proxmox, Hyper-V, KVM, VMware vCenter, Citrix e Xen, fornecendo uma interface de gerenciamento web que apresente, visualmente, a utilização de recursos, com filtragem, gráficos, pesquisa e

funcionalidade de busca detalhada, fornecimento de relatório sobre status operacional, utilização, distribuição, inventário e configuração;

23.2. Suportar a criação e configuração de máquinas virtuais (VM) dentro dos limites de utilização do hardware e melhores práticas, com possibilidade de alterar as configurações (CPU, memória, disco e rede) de máquinas virtuais existentes por interface gráfica e monitoramento da utilização individual de cada máquina virtual criada;

24. A CONTRATADA disponibilizará um canal de atendimento seja por meio de discagem gratuita (0800) ou qualquer outro meio, como e-mail, sem ônus para a defensoria, com tempo de resposta máximo para um chamado técnico aberto com prioridade máxima de 2 (duas) horas. Para os demais níveis de prioridade, a tabela abaixo relaciona o tempo para solução dos chamados:

Tipo de chamado	Tempo para Solução (TS) do Chamado (em horas)
Solicitações e chamados que não envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	48
Solicitações e chamados que envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	6

25. A CONTRATADA deverá garantir que a latência entre o datacenter e a rede da CONTRATANTE não ultrapasse 10ms (milissegundos) para acesso por links de internet convencional no município da sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (Maceió);

26. A CONTRATADA deverá prover recursos de segurança de acesso e de informações, com o serviço Anti-DDOS e solução de segurança no perímetro ou diretamente no servidor virtual em si, protegendo todos os recursos, em conjunto ou individualmente, a critério da CONTRATANTE, do restante da rede e da internet.

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: E:12070.0000000149/2025

2. Descrição da necessidade

A Defensoria Pública do Estado de Alagoas, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, demanda infraestrutura tecnológica robusta e segura para o adequado funcionamento de seus sistemas e serviços digitais.

Atualmente, a Instituição conta com dois contratos de fornecimento de servidores dedicados, os quais hospedam e mantêm em operação sistemas críticos para a prestação de serviços à população, como o **Solar** (sistema de gestão de atendimento e processos judiciais), **Metabase** (plataforma de análise de dados), **Audora** (sistema legado de processo administrativo e gestão da atividade finalística), **Portal da Transparência** (que cumpre as normas de transparência pública e acesso à informação) e o **site** institucional.

Esses servidores dedicados são essenciais para garantir a continuidade das atividades institucionais, assegurando a disponibilidade e o desempenho dos sistemas utilizados pelos defensores públicos, servidores e cidadãos atendidos.

Os contratos atualmente vigentes estão próximos de expirar, o que torna necessária a realização de nova contratação, visando a assegurar a continuidade dos serviços sem interrupções e, ao mesmo tempo, promover aprimoramentos, considerando inclusive as questões tratadas no processo n.º E:12070.0000001774/2024 - o qual noticia o esgotamento de recursos para manter o Portal da Transparência na mesma infraestrutura.

Por fim, destaca-se que a manutenção de servidores dedicados está alinhada com as diretrizes estratégicas de modernização tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, promovendo maior eficiência operacional, redução de riscos e melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Assim, a presente contratação revela-se imprescindível para assegurar a continuidade e o aprimoramento da infraestrutura tecnológica, garantindo o suporte adequado às atividades institucionais e à missão constitucional da Defensoria Pública.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Tecnologia da Informação	HENRY HUDSON DO AMARAL

4. Necessidades de Negócio

Inicialmente, aponta-se a necessidade de contratação de um servidor **dedicado**, buscando garantir melhor **estabilidade, segurança, desempenho e escalabilidade da infraestrutura de tecnologia**. O crescimento da demanda por serviços digitais, impulsionado pelo aumento no volume de atendimentos e processos judiciais, exige uma infraestrutura capaz de suportar a carga operacional de sistemas cada vez mais integrados e complexos.

O uso de servidores dedicados proporciona **maior controle, segurança e autonomia** em relação ao ambiente tecnológico, diferentemente de soluções compartilhadas que oferecem menor personalização e maior risco de vulnerabilidades. Isso é particularmente importante considerando a natureza sensível das informações que transitam pelos sistemas, exigindo altos padrões de confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados.

A infraestrutura dedicada também permitirá a implementação de soluções de **redundância e contingência**, reduzindo o risco de indisponibilidade em situações críticas, as quais prejudicam a continuidade do serviço público, além de estressar as equipes de trabalho e reduzir suas produtividades.

São, portanto, fatores que devem ser considerados necessários:

- estabilidade;
- segurança da informação;
- confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados;
- escalabilidade;
- desempenho;
- controle e personalização;
- redundância e contingência.

A solução atualmente contratada é composta por dois servidores dedicados que hospedam sistemas críticos, como o Solar (sistema de gestão de atendimento e processos judiciais), o Metabase (plataforma de análise de dados), o Audora (sistema

legado de processo administrativo e gestão da atividade finalística) e o site institucional. Esses servidores, embora fundamentais, têm se mostrado insuficientes para lidar com o crescimento contínuo da demanda, o que já resultou em impactos significativos nas operações da Defensoria. Por exemplo, o Portal da Transparência, que é uma ferramenta essencial para assegurar o cumprimento das obrigações de transparência ativa, precisou ser temporariamente desativado devido à sobrecarga na infraestrutura existente. Essa situação comprometeu não apenas a prestação de informações ao público, mas também a confiança na disponibilidade dos serviços digitais da Instituição.

5. Necessidades Tecnológicas

A nova infraestrutura de servidor dedicado deve assegurar alta capacidade de processamento, armazenamento seguro e escalabilidade. A solução deve incluir políticas de redundância e contingência, garantindo disponibilidade contínua em caso de falhas, e capacidade para lidar com grandes volumes de dados e acessos simultâneos sem perda de desempenho. Segurança da informação é um requisito essencial, devendo abranger medidas de proteção contra ameaças cibernéticas, como firewalls e sistemas de detecção de intrusões, garantindo a confidencialidade e integridade dos dados.

O monitoramento contínuo da infraestrutura é necessário para identificar e corrigir falhas proativamente. Além disso, a solução deve contar com suporte técnico especializado para garantir assistência eficiente sempre que necessário.

Por fim, a nova solução deve promover eficiência energética e sustentabilidade, reduzindo o impacto ambiental das operações de TI e contribuindo para a modernização responsável da Defensoria Pública.

Os servidores dedicados atualmente contratados - que não foram suficientes para suprir a demanda - são basicamente compostos com a seguinte configuração: (1) 12 núcleos e 24 threads (com frequência de 3.5GHz / 3.9GHz), 32 GB de RAM e 2 discos rígidos SAS de 2 TB; (2) 12 núcleos e 24 threads (com frequência de 2.2GHz), 64 GB de RAM e 2 discos rígidos SAS de 10 TB.

Podemos considerar uma certa imprevisibilidade de uso futuro de recursos, pois diversos sistemas são nacionalizados e necessariamente implantados em nosso ambiente sem que, num momento anterior, saibamos de seu desenvolvimento e suas demandas por recursos. Deste modo, além do uso atual que já possuímos, é necessário haver uma margem razoável de recursos para suprir as demandas

crescentes de negócio, sob risco de até mesmo parar operações por insuficiência de recursos computacionais.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Sem requisitos adicionais.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Com base na análise das necessidades institucionais e da infraestrutura tecnológica atualmente disponível, a estimativa das quantidades necessárias para a contratação inclui:

a. Quantidade de Servidores Dedicados

Atualmente são utilizados dois servidores dedicados em razão destes terem sido contratados em momentos diferentes e para necessidades diferentes. O primeiro servidor foi contratado principalmente para implantação do SOLAR na instituição. Posteriormente, verificou-se a necessidade de manter o sistema Audora como legado, em razão do histórico de processos e informações armazenadas, o que levou a contratação de um novo servidor. A manutenção de **dois servidores dedicados** - ao invés de um único servidor com recursos mais potentes - é muito vantajosa para a Instituição em razão de, dessa forma, ser possível estabelecer planos de contingência, redundância e backup mais seguros e eficientes.

b. Capacidade de Processamento

Os servidores dedicados atualmente contratados possuem a seguinte configuração: (1) 12 núcleos e 24 threads (com frequência de 3.5GHz / 3.9GHz); (2) 12 núcleos e 24 threads (com frequência de 2.2GHz). Considerando que esta configuração não foi suficiente para suprir a demanda atual, propõe-se que o novo servidor dedicado deverá possuir **no mínimo 28 núcleos e 56 threads, com frequência de 2,2 GHz a 3,4 GHz (frequência turbo)**, para atender à demanda crescente de processamento dos sistemas críticos.

c. Memória RAM

Os servidores dedicados atualmente contratados possuem a seguinte configuração: (1) 32 GB de RAM; (2) 64 GB de RAM. Considerando que esta configuração não foi suficiente para suprir a demanda atual, propõe-se o **mínimo de 256 GB de RAM**.

d. **Armazenamento**

Os servidores dedicados atualmente contratados possuem 02 discos rígidos SAS de 2 TB e 02 discos rígidos SAS de 10 TB. Essa configuração não se mostrou insuficiente. Contudo, armazenamento é uma necessidade crescente e cumulativa. Em termos gerais, no primeiro ano de operação, consumiu-se cerca de 300 GB com os novos sistemas e um passivo de 1,5 TB com sistemas legados. Objetivando aumentar a eficiência de leitura e gravação de dados - e, conseqüentemente, proporcionar melhor experiência aos usuários -, sugere-se a adoção de discos SSD e NVMe, que oferecem mais velocidade, menor latência e maior confiabilidade em comparação aos discos HDD, além de contribuir para uma menor taxa de falhas e maior eficiência energética.

Tendo em vista que um dos servidores irá operar como backup, é necessário que este tenha armazenamento superior; além disso, é necessário agregar um disco SSD em razão do sistema operacional Proxmox (adotado pela infraestrutura) não ser compatível com NVMe. **Sugere-se, com isso, a adoção de 2 (dois) discos SSD de 240 GB RAID-1 para cada servidor e mais 2 (dois) discos NVMe de 2 TB para um servidor e 2 (dois) discos NVMe de 8 TB para o outro.**

e. **Conectividade e banda**

O servidor deve possuir capacidade de conectividade para suportar os picos de acesso simultâneos, garantindo estabilidade. Para tanto, recomenda-se suportar um **uplink de no mínimo 1 Gbps em rede pública, com tráfego ilimitado** e disponibilidade mínima de um **bloco de endereços IPv4/28**.

Essas quantidades são necessárias para assegurar a continuidade operacional dos serviços digitais, atendendo tanto às demandas atuais quanto à previsão de crescimento das necessidades institucionais. A nova solução deverá ser capaz de suportar futuras expansões, promovendo escalabilidade e eficiência no uso dos recursos de TI.

8. Levantamento de soluções

Para identificar as melhores soluções de servidores dedicados que atendam às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, foi realizado um levantamento de contratações similares em instituições públicas e privadas no contexto nacional e internacional. Essa análise buscou observar tendências, tecnologias emergentes e metodologias que possam garantir maior eficiência, segurança e escalabilidade para a infraestrutura tecnológica da Administração.

No setor público brasileiro, diversas instituições têm optado pela contratação de servidores dedicados em data centers externos, com a adoção de serviços em nuvem privada e híbrida, buscando equilibrar o controle sobre os dados com a flexibilidade e escalabilidade oferecidas por provedores externos. Órgãos como tribunais de justiça, defensorias públicas e secretarias estaduais têm priorizado soluções que combinam:

- Infraestrutura como Serviço (IaaS): Contratação de servidores dedicados físicos ou virtuais, com capacidade de processamento e armazenamento sob demanda.
- Nuvem Híbrida: solução que integra servidores locais e recursos em nuvem, permitindo maior flexibilidade na gestão de dados críticos.
- Soluções de Alta Disponibilidade (HA): Configurações que garantem redundância e recuperação rápida em caso de falhas.
- Suporte e segurança: as contratações demonstram a preferência por provedores que oferecem suporte técnico especializado, garantias de segurança da informação e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Foram observadas inovações importantes que podem ser consideradas na contratação de servidores dedicados:

- Discos NVMe: Para garantir alta velocidade de gravação e leitura;
- Processadores com maior eficiência energética e desempenho otimizado;
- Automação de Backups e Recuperação de Desastres
- Soluções de Segurança Cibernética Integrada

As duas principais soluções identificadas no mercado para atender às necessidades da Defensoria são: (1) aquisição de um servidor local próprio; e (2) contratação de um servidor em nuvem. Ambas as soluções possuem vantagens e desvantagens, que serão analisadas a seguir.

a. **Aquisição de um Servidor Local Próprio**

Vantagens:

- Controle total sobre os dados: a Defensoria mantém total controle sobre a infraestrutura, garantindo que os dados críticos permaneçam sob sua gestão.
- Desempenho previsível: o servidor dedicado oferece capacidade de processamento previsível e não depende de terceiros para ajustes de performance.
- Custos fixos: após a aquisição inicial, os custos se limitam à manutenção, sem variações mensais de pagamento.
- Personalização: o hardware pode ser configurado segundo as necessidades específicas da Instituição.

Desvantagens:

- Alto custo inicial: a aquisição de um servidor local exige um investimento inicial elevado.
- Responsabilidade de manutenção: a manutenção do hardware e a atualização da infraestrutura ficam a cargo da Defensoria.
- Escalabilidade limitada: qualquer expansão de capacidade requer aquisição de novos equipamentos.
- Risco de obsolescência: A tecnologia do hardware pode se tornar obsoleta com o tempo, exigindo novas aquisições.

b. **Contratação de um Servidor em Nuvem**

Vantagens:

- Escalabilidade: a infraestrutura pode ser expandida ou reduzida conforme necessário, pagando-se apenas pelos recursos utilizados.
- Baixo custo inicial: não há necessidade de um grande investimento inicial em hardware.
- Gestão de infraestrutura pelo provedor: a responsabilidade pela manutenção, atualizações e segurança é do provedor de serviços em nuvem.
- Alta disponibilidade: provedores de nuvem oferecem garantias de uptime, redundância e recuperação de desastres.

Desvantagens:

- **Dependência de terceiros:** a Defensoria fica dependente do provedor de nuvem para acesso aos dados e manutenção da infraestrutura.
- **Custo variável:** o custo mensal pode aumentar conforme o uso da infraestrutura cresce.

Risco de exposição de dados: embora os provedores garantam segurança, há riscos de exposição de dados em serviços de terceiros.

9. Análise comparativa de soluções

Com base na análise de mercado e nas necessidades específicas da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, a melhor solução identificada é a contratação de um servidor dedicado em nuvem, hospedado em território nacional, com configuração personalizada para atender às demandas atuais e futuras.

Essa escolha justifica-se pelos seguintes fatores:

- **Flexibilidade e Escalabilidade:** a solução em nuvem permite expandir a infraestrutura conforme necessário, garantindo que a Defensoria possa acompanhar o crescimento das demandas sem necessidade de novas aquisições de hardware. Considerando que o órgão somente começou a manter diretamente serviços próprios de tecnologia da informação no último ano, não há um histórico que permita medir com segurança a necessidade de recursos, de modo que a possibilidade de escalar rapidamente, a baixo custo e com menor complexidade é uma forte vantagem.
- **Limitações de pessoal:** atualmente, a Defensoria conta com apenas um analista de infraestrutura, de modo que a manutenção própria de um servidor ocasiona um risco adicional à continuidade. A manutenção de um servidor próprio implicaria em uma dependência extrema desse profissional, sujeitando a Instituição a riscos oriundos da rotatividade natural do mercado de TI e à eventual indisponibilidade temporária de pessoal, seja por afastamento ou desligamento. Essa dependência aumenta o risco de interrupções nos serviços essenciais e compromete a eficiência operacional. Por outro lado, a contratação de um servidor em nuvem minimiza esses riscos, reduzindo a necessidade de manutenção interna e garantindo que o gerenciamento da infraestrutura seja realizado por especialistas do provedor de serviços, assegurando maior continuidade e segurança das operações.

- **Limitações da infraestrutura física:** a sede da DPE-AL está instalada em um prédio locado e já saturado, sem espaço disponível para a instalação de salas-cofre ou data centers internos. A manutenção de um ambiente físico seguro exigiria investimentos de engenharia elevados e traria complexidade operacional. Se não realizados, a falta da estrutura física adequada para o data center agregaria grandes riscos de segurança e de integridade, podendo causar prejuízos incalculáveis.
- **Alta Disponibilidade e recuperação de desastres:** provedores de nuvem oferecem garantias de uptime contínuo, utilizando infraestruturas redundantes espalhadas por diferentes regiões geográficas, o que assegura que os dados permaneçam acessíveis mesmo em caso de falhas locais. Além disso, políticas de recuperação de desastres garantem que, em situações de interrupção severa, o tempo de retomada das operações seja reduzido ao mínimo possível, com a restauração automática de backups em locais seguros. Essa abordagem minimiza o impacto de falhas imprevistas e mantém a continuidade dos serviços digitais essenciais à Defensoria.
- **Baixo custo inicial:** não há necessidade de um grande investimento inicial em hardware, o que alivia o orçamento imediato da Instituição.

Embora a aquisição de um servidor local próprio ofereça vantagens relacionadas ao controle total sobre os dados e custos fixos, a flexibilidade, escalabilidade e redução de custos operacionais oferecidas por uma solução em nuvem tornam esta última a opção mais vantajosa. Outrossim, as limitações específicas de pessoal e de estrutura física do órgão tornam tecnicamente inviáveis e extram

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

As limitações específicas de pessoal e de estrutura física do órgão tornam tecnicamente inviáveis e extramente arriadas a aquisição, instalação e manutenção própria de um data center local.

- **Limitações de pessoal:** atualmente, a Defensoria conta com apenas um analista de infraestrutura, de modo que a manutenção própria de um servidor ocasiona um risco adicional à continuidade. A manutenção de um servidor próprio implicaria em uma dependência extrema desse profissional, sujeitando a Instituição a riscos oriundos da rotatividade natural do mercado de TI e à eventual

indisponibilidade temporária de pessoal, seja por afastamento ou desligamento. Essa dependência aumenta o risco de interrupções nos serviços essenciais e compromete a eficiência operacional. Por outro lado, a contratação de um servidor em nuvem minimiza esses riscos, reduzindo a necessidade de manutenção interna e garantindo que o gerenciamento da infraestrutura seja realizado por especialistas do provedor de serviços, assegurando maior continuidade e segurança das operações.

- Limitações da infraestrutura física: a sede da DPE-AL está instalada em um prédio locado e já saturado, sem espaço disponível para a instalação de salas-cofre ou data centers internos. A manutenção de um ambiente físico seguro exigiria investimentos de engenharia elevados e traria complexidade operacional. Se não realizados, a falta da estrutura física adequada para o data center agregaria grandes riscos de segurança e de integridade, podendo causar prejuízos incalculáveis.

Com isso, no momento, é **inviável a aquisição de um data center local**.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Prejudicado.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	CATMA
1	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 2 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo I. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	MESES	24	26069
2	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 8 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo II. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	MESES	24	26069

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 100.801,88

ITEM	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3
1	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 2 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo I. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	R\$ 3.877,32	R\$ 4.601,00	R\$ 3.299,9
2	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 8 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo II. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	R\$ 4.721,35	R\$ 4.601,00	R\$ 4.099,9

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO MÉDIO	CUSTO ANUAL
1	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 2 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo I. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	MESES	3.926,07	R\$ 47.112,84
2	Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 8 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações detalhadas no Anexo II. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.	MESES	4.474,08	R\$ 53.689,00

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Com base na análise de mercado e nas necessidades específicas da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, a melhor solução identificada é a contratação de um servidor dedicado em nuvem, hospedado em território nacional, com configuração personalizada para atender às demandas atuais e futuras.

Essa decisão é baseada nos seguintes elementos, melhores explorados no item “Análise comparativa de soluções”:

- Flexibilidade e Escalabilidade;
- Limitações de pessoal;
- Limitações da infraestrutura física;
- Alta Disponibilidade e recuperação de desastres;
- Baixo custo inicial.

Embora a aquisição de um servidor local próprio ofereça vantagens relacionadas ao controle total sobre os dados e custos fixos, a flexibilidade, escalabilidade e redução de custos operacionais oferecidas por uma solução em nuvem tornam esta última a opção mais vantajosa sob os seguintes aspectos:

- **Adaptação às demandas variáveis:** a solução em nuvem permite ajustar os recursos conforme a demanda, evitando ociosidade ou sobrecarga.
- **Economia de custos:** a solução em nuvem elimina custos com manutenção de hardware e atualização tecnológica.
- **Segurança e conformidade:** provedores de nuvem certificados garantem conformidade com normas de proteção de dados, como a LGPD.
- **Continuidade operacional:** a alta disponibilidade oferecida pelos provedores garante que os serviços da Defensoria não sejam interrompidos por falhas de infraestrutura.

Portanto, recomenda-se contratar um servidor dedicado em nuvem como a solução mais adequada para garantir eficiência, segurança e continuidade dos serviços digitais da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Conforme melhor explorado nos itens “Análise comparativa de soluções” e “Levantamento de soluções”, a escolha pela contratação de um servidor dedicado em nuvem revela-se no momento mais econômica ao evitar o elevado custo inicial

associado à aquisição de hardware físico e eliminar despesas contínuas relacionadas à manutenção, atualização e substituição de equipamentos, bem como riscos associados.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

a. Economicidade e redução de custos: a utilização de um servidor em nuvem elimina a necessidade de investimentos iniciais elevados em hardware físico, bem como os custos contínuos associados à manutenção, atualização e substituição de equipamentos, minimizando gastos operacionais e direciona os recursos financeiros para áreas estratégicas de atendimento ao cidadão. A solução também reduz os custos com energia elétrica e climatização, que seriam necessários para manter um data center local.

b. Escalabilidade e flexibilidade: a contratação de um servidor em nuvem permite que a instituição ajuste a capacidade de processamento e armazenamento conforme a demanda. Essa flexibilidade é essencial para acompanhar o crescimento dos serviços digitais oferecidos pela Instituição, sem a necessidade de investimentos constantes em novos equipamentos. Já a escalabilidade da solução possibilita rápida adaptação a mudanças de demandas, como o aumento no volume de atendimentos ou a implantação de novos sistemas.

c. Segurança da informação e continuidade operacional: provedores de serviços em nuvem oferecem soluções avançadas de segurança cibernética, como firewalls, criptografia, detecção de intrusões e backups automatizados. Essas medidas garantem a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, reduzindo os riscos de ataques cibernéticos e perda de informações críticas.

d. Melhoria na qualidade dos serviços prestados: com a adoção de uma infraestrutura mais robusta, a Defensoria poderá oferecer serviços digitais mais eficientes e ágeis, melhorando a experiência dos cidadãos que dependem dos atendimentos. Ao garantir maior estabilidade e desempenho dos sistemas, os colaboradores estarão melhor equipados para atuar de forma eficaz, rápida e segura.

A contratação de um servidor em nuvem, portanto, apresenta-se como uma solução estratégica que combina eficiência operacional, economicidade e modernização tecnológica, garantindo que a Defensoria Pública do Estado de Alagoas possa cumprir suas atribuições de forma cada vez mais eficaz.

17. Providências a serem Adotadas

Para garantir a implantação eficiente e segura do novo servidor em nuvem que substituirá o atual, deve-se adotar uma série de providências. Essas medidas são essenciais para assegurar que a transição ocorra ordenadamente, minimizando riscos e garantindo a continuidade dos serviços digitais. As principais providências incluem:

a. Planejamento da transição e migração de dados

A migração do ambiente atual para o novo servidor em nuvem requer um planejamento detalhado para evitar interrupções nos serviços. Essa atividade será executada pela equipe de desenvolvimento, em especial pelo analista de infraestrutura. Para garantir a continuidade de operação de todos os sistemas e serviços, é imprescindível a vigência concomitante de ambos os contratos de fornecimento de servidor dedicado (o atual e o novo) por um período de 30 a 60 dias.

b. Análise e ajustes no ambiente de execução

Embora o servidor em nuvem seja gerenciado pelo provedor, é necessário garantir que o ambiente interno da Defensoria esteja preparado para a nova solução. Isso inclui:

Verificação da conectividade de rede para garantir acesso estável ao servidor.

Configuração de VPNs ou outros mecanismos de acesso seguro.

Revisão de políticas de segurança e controle de acesso para adequação ao novo ambiente.

c. Definição de políticas de backup e recuperação de desastres

Após a implantação, é fundamental definir políticas claras de backup e recuperação de desastres. Isso inclui: frequência e local de armazenamento dos backups; testes periódicos de restauração de dados; definição de tempos de recuperação (RTO) e perda aceitável de dados (RPO). Seria importante analisar a possibilidade de contratar um servidor adicional, em ambiente completamente separado, para um plano de backup e contingência.

d. Comunicação interna e sensibilização

É importante que todos os colaboradores da Defensoria estejam cientes da transição para o novo servidor em nuvem. Devem ser realizadas comunicações internas para informar sobre o cronograma da transição e as mudanças esperadas no ambiente digital.

Essas providências prévias garantirão que a Defensoria Pública do Estado de Alagoas esteja preparada para a implementação da nova solução em nuvem de forma eficiente e segura, assegurando a continuidade dos serviços e a proteção dos dados institucionais.

18. Justificativa de não parcelamento

O parcelamento é inviável na forma do inciso II do § 3º do art. 40 da Lei de Licitações.

A decisão de licitar dois servidores dedicados como um único lote, a serem fornecidos pelo mesmo fornecedor, está fundamentada na necessidade de integração entre os servidores, na natureza do objeto como um sistema único e integrado, e na mitigação de riscos ao conjunto pretendido.

Os dois servidores dedicados deverão operar de forma integrada, compartilhando dados, cargas de trabalho e configurações de contingência. Licitar os dois servidores como itens separados poderia resultar em fornecedores distintos, dificultando ou impossibilitando a integração adequada e comprometendo a eficiência. Essa integração exige **compatibilidade tecnológica** (garantir que os servidores utilizem o mesmo padrão de hardware e software, evitando problema de interoperabilidade), **gerenciamento unificado** (centralizar a administração dos servidores em uma única interface, reduzindo a complexidade e os custos operacionais) e **redundância e contingência** (que requer sincronização contínua entre os servidores para garantir a integridade dos dados e a continuidade operacional).

A contratação de um único fornecedor também elimina os riscos associados à fragmentação, como a responsabilidade técnica dividida - impedindo que cada fornecedor possa atribuir ao outro a responsabilidade por eventuais falhas no desempenho ou integração - ou riscos à segurança e à disponibilidade, pois a falta de sincronia entre os servidores poderia gerar falhas de segurança, interrupções nos serviços e comprometimento da continuidade operacional.

Portanto, justifica-se a contratação dos dois servidores dedicados como um único lote, a ser fornecido por um mesmo fornecedor, com base na necessidade de integração entre os servidores e na mitigação de riscos que poderiam comprometer a eficácia e a segurança da Defensoria Pública do Estado de Alagoas. Essa abordagem assegura maior eficiência, redução de custos operacionais e atendimento pleno às necessidades institucionais.

19. Condições especiais

Para viabilidade é essencial a definição do prazo de vigência inicial do contrato de 24 meses.

A implantação de um servidor dedicado com a capacidade descrita neste Estudo Técnico Preliminar irá exigir investimentos significativos das empresas interessadas, a fim de construir a infraestrutura necessária para propiciar os requisitos técnicos listados. A definição de um prazo curto não permitiria diluir este investimento, o que implicaria em preços de mercado muito mais elevados, enquanto a estipulação de prazo de vigência maior será benéfica para maior concorrência e menor preço final do serviço.

A definição de um prazo inicial de 24 meses, encontra respaldo na Lei n.º 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU). Esse prazo é adequado para equilibrar a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a eficiência administrativa. Especificamente, o art. 106 autoriza a fixação de prazos de até 5 na hipótese de serviços contínuos, como é o caso.

No caso de serviços em nuvem, a infraestrutura contratada requer personalização, migração de dados e integração com os sistemas institucionais, justificando um prazo contratual mais longo para amortizar os custos iniciais e assegurar a estabilidade operacional. Um prazo mais longo, no caso, permitirá ao contratado o retorno do investimento inicial, sem que isso implique em prejuízo para a administração pública. Em objetos dessa natureza, contratos com prazos curtos podem limitar a competitividade, afastando potenciais fornecedores que dependem de um horizonte maior para recuperar o investimento exigido.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

Contratação apta a prosseguimento nos termos do Estudo Técnico.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KELSEN HENRIQUE ROLIM DOS SANTOS

Gerente de Tecnologia da Informação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I.pdf (50.83 KB)
- Anexo II - Anexo II.pdf (49.75 KB)

ANEXO I
Item 01 - Especificações técnicas

Descrição do objeto:

Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 2 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações abaixo detalhadas. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

1. Data Center fisicamente localizado em território brasileiro;
2. 2 (dois) processadores físicos padrão x86. Cada processador deve possuir, no mínimo, 14 (quatorze) núcleos físicos, 28 (vinte e oito) threads, frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz (frequência turbo), 35 (trinta e cinco megabytes) MB de cache L3, velocidade de barramento mínima de 9.6 GT/s;
3. Mínimo de 256 GB de memória RAM do tipo RDIMM, DDR4 ou superior;
4. 2 (dois) discos SSD de 240 GB RAID-1;
5. 2 (dois) discos NVMe de 2 TB;
6. Compatibilidade com os sistemas operacionais Microsoft Windows Server, Red Hat Enterprise Linux, Ubuntu, SUSE Linux Enterprise Server, VMware e FreeBSD;
7. Uplink de no mínimo 1 Gbps em rede pública, com tráfego ilimitado;
8. Disponibilidade mínima de um bloco de endereços IPv4/28;
9. Deve apresentar alta disponibilidade, SLA anual de 99,5%;
10. Possuir os seguintes recursos mínimos:
 - 10.1. Acompanhar solução capaz de realizar a gestão de capacidade de servidores virtuais e suportar os ambientes Proxmox, Hyper-V, KVM, VMware vCenter, Citrix e Xen, fornecendo uma interface de gerenciamento web que apresente, visualmente, a utilização de recursos, com filtragem, gráficos, pesquisa e funcionalidade de busca detalhada, fornecimento de relatório sobre status operacional, utilização, distribuição, inventário e configuração;

- 10.2. Suportar a criação e configuração de máquinas virtuais (VM) dentro dos limites de utilização do hardware e melhores práticas, com possibilidade de alterar as configurações (CPU, memória, disco e rede) de máquinas virtuais existentes por interface gráfica e monitoramento da utilização individual de cada máquina virtual criada;
11. A CONTRATADA disponibilizará um canal de atendimento seja por meio de discagem gratuita (0800) ou qualquer outro meio, como e-mail, sem ônus para a defensoria, com tempo de resposta máximo para um chamado técnico aberto com prioridade máxima de 2 (duas) horas. Para os demais níveis de prioridade, a tabela abaixo relaciona o tempo para solução dos chamados:

Tipo de chamado	Tempo para Solução (TS) do Chamado (em horas)
Solicitações e chamados que não envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	48
Solicitações e chamados que envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	6

12. A CONTRATADA deverá garantir que a latência entre o datacenter e a rede da CONTRATANTE não ultrapasse 10ms (milissegundos) para acesso por links de internet convencional no município da sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (Maceió);
13. A CONTRATADA deverá prover recursos de segurança de acesso e de informações, com o serviço Anti-DDOS e solução de segurança no perímetro ou diretamente no servidor virtual em si, protegendo todos os recursos, em conjunto ou individualmente, a critério da CONTRATANTE, do restante da rede e da internet.

ANEXO II
Item 02 - Especificações técnicas

Descrição do objeto:

Fornecimento de servidor dedicado em nuvem pública, com configurações mínimas de dois processadores com 14 cores e 28 threads cada e frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz, memória de 256 GB de RAM, dois discos SSD 240 GB RAID-1, dois discos NVMe de 8 TB, uplink de 1 Gbps sem limite de tráfego, conforme especificações abaixo detalhadas. Prazo de vigência: 24 meses, com possibilidade de prorrogação decenal, cf. art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

14. Data Center fisicamente localizado em território brasileiro;
15. 2 (dois) processadores físicos padrão x86. Cada processador deve possuir, no mínimo, 14 (quatorze) núcleos físicos, 28 (vinte e oito) threads, frequência mínima de 2,4 GHz a 3,3 GHz (frequência turbo), 35 (trinta e cinco megabytes) MB de cache L3, velocidade de barramento mínima de 9.6 GT/s;
16. Mínimo de 256 GB de memória RAM do tipo RDIMM, DDR4 ou superior;
17. 2 (dois) discos SSD de 240 GB RAID-1;
18. 2 (dois) discos NVMe de 8 TB;
19. Compatibilidade com os sistemas operacionais Microsoft Windows Server, Red Hat Enterprise Linux, Ubuntu, SUSE Linux Enterprise Server, VMware e FreeBSD;
20. Uplink de no mínimo 1 Gbps em rede pública, com tráfego ilimitado;
21. Disponibilidade mínima de um bloco de endereços IPv4/28;
22. Deve apresentar alta disponibilidade, SLA anual de 99,5%;
23. Possuir os seguintes recursos mínimos:
 - 23.1. Acompanhar solução capaz de realizar a gestão de capacidade de servidores virtuais e suportar os ambientes Proxmox, Hyper-V, KVM, VMware vCenter, Citrix e Xen, fornecendo uma interface de gerenciamento web que apresente, visualmente, a utilização de recursos, com filtragem, gráficos, pesquisa e

funcionalidade de busca detalhada, fornecimento de relatório sobre status operacional, utilização, distribuição, inventário e configuração;

23.2. Suportar a criação e configuração de máquinas virtuais (VM) dentro dos limites de utilização do hardware e melhores práticas, com possibilidade de alterar as configurações (CPU, memória, disco e rede) de máquinas virtuais existentes por interface gráfica e monitoramento da utilização individual de cada máquina virtual criada;

24. A CONTRATADA disponibilizará um canal de atendimento seja por meio de discagem gratuita (0800) ou qualquer outro meio, como e-mail, sem ônus para a defensoria, com tempo de resposta máximo para um chamado técnico aberto com prioridade máxima de 2 (duas) horas. Para os demais níveis de prioridade, a tabela abaixo relaciona o tempo para solução dos chamados:

Tipo de chamado	Tempo para Solução (TS) do Chamado (em horas)
Solicitações e chamados que não envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	48
Solicitações e chamados que envolvam paralisações ou severa perda de desempenho nos serviços	6

25. A CONTRATADA deverá garantir que a latência entre o datacenter e a rede da CONTRATANTE não ultrapasse 10ms (milissegundos) para acesso por links de internet convencional no município da sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (Maceió);

26. A CONTRATADA deverá prover recursos de segurança de acesso e de informações, com o serviço Anti-DDOS e solução de segurança no perímetro ou diretamente no servidor virtual em si, protegendo todos os recursos, em conjunto ou individualmente, a critério da CONTRATANTE, do restante da rede e da internet.